

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 102.546 - SP (2018/0225685-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : B R B DOS S (PRESO)
ADVOGADO : PAULO EDUARDO CAMPELLO HENRIQUE E OUTRO(S) -
SP363041
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por B. R. B. DOS S. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2084641-57.2018.8.26.0000).

Consta dos autos que o ora recorrente foi preso em flagrante no dia 28/3/2018 por supostamente, em companhia de outros agentes, ter praticado o crime tipificado nos arts. 33, *caput* e §1º, e 34 da Lei n. 11.343/2006, em razão da posse, segundo o laudo preliminar, de 189,95g (cento e oitenta e nove gramas e noventa e cinco centigramas) de maconha; de 38,7g (trinta e oito gramas e sete decigramas) de *crack*; e de 8,02g (oito gramas e dois centigramas) de cocaína (e-STJ fls. 61/62).

Na audiência de custódia, a referida prisão foi homologada e convertida em prisão preventiva (e-STJ fls. 7/10).

A defesa impetrou *habeas corpus* na origem buscando a revogação da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida (e-STJ fl. 97) e a ordem foi denegada pelo Tribunal estadual, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 96):

*Habeas Corpus Tráfico ilícito de drogas e associação para o tráfico
Decisão fundamentada na demonstração dos pressupostos e
requisitos autorizadores da prisão preventiva Revogação -
Impossibilidade Insuficiência das medidas cautelares alternativas -
Reconhecimento Trancamento Falta de justa causa não evidenciada
Alegação de constrangimento ilegal não evidenciada Ordem
denegada.*

Nesse recurso, busca a defesa a revogação da prisão preventiva e o trancamento da ação penal.

Aponta o constrangimento ilegal decorrente da segregação cautelar

decretada de forma inidônea e da instauração de ação penal sem justa causa.

Assevera que o recorrente é primário, possui bons antecedentes e que não há nos autos indícios de autoria do suposto delito, constatando-se inúmeras contradições nos fatos narrados.

Busca, liminarmente, a cassação do acórdão e a concessão da liberdade provisória ao recorrente enquanto aguarda o julgamento do recurso.

No mérito, requer a concessão da ordem, determinando-se o trancamento da ação penal.

A liminar foi indeferida às e-STJ fls. 144/146.

As informações foram prestadas às e-STJ fls. 150/153 e 157/158.

O Ministério Público Federal, às e-STJ fls. 160/167, manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

É, em síntese, o relatório.

Segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, constata-se que, em 28/1/2019, nos autos da Ação Penal n. 0000339-22.2018.8.26.0165, houve prolação de sentença condenatória em desfavor do recorrente.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de sentença condenatória, tanto o pedido de trancamento da ação penal quanto o de revogação da prisão ficam prejudicados, já que não subsiste o interesse de agir, porquanto há novo título cuja cognição acerca da autoria e da materialidade foi exauriente.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PREJUDICADO.

1. A superveniência de sentença condenatória, na linha da orientação firmada nesta Corte, torna prejudicado o pedido que buscava o trancamento da ação penal sob a alegação de falta de justa causa, haja vista que o novo exame da questão pelo Juízo de primeiro grau se dá de forma significativamente mais aprofundada.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 53.455/RJ, minha relatoria, SEXTA TURMA,

julgado em 09/03/2017, DJe 21/03/2017)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA ANTES DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. PRECEDENTES.

1. A superveniente confirmação de decisum singular de relator pelo órgão colegiado supera eventual violação ao princípio da colegialidade (art. 34 do RISTJ).

2. Com a superveniência da sentença condenatória há novo título judicial. Assim, fica prejudicado o writ em que se postula o trancamento da ação penal, por falta de justa causa, e a revogação da prisão preventiva. Por consequência, também o presente recurso, dirigido contra o acórdão nele proferido, perdeu seu objeto, esvaziando-se o interesse recursal.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RHC 75.425/PE, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 14/11/2016)

Tal o contexto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator